

**A. I. N°** - 207106.0051/06-0  
**AUTUADO** - SILVEIRA & FERRAZ LTDA.  
**AUTUANTE** - CHARLES BELINE CHAGAS OLIVEIRA  
**ORIGEM** - INFAZ VITÓRIA DA CONQUISTA  
**INTERNET** - 11.12.2006

## **1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

### **ACÓRDÃO JJF N° 0378-01/06**

**EMENTA: ICMS. 1. DOCUMENTOS DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS. DME. FALTA DE APRESENTAÇÃO. MULTA. Infração não elidida. 2. ENTRADAS DE MERCADORIAS. FALTA DE CONTABILIZAÇÃO. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A falta de contabilização de entradas de mercadorias indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Infração não elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.**

## **RELATÓRIO**

O Auto de Infração em lide, lavrado em 05/09/2006, imputa ao contribuinte o cometimento das seguintes irregularidades:

1) Deixou de apresentar informações econômico-fiscais exigidas através da DME (Declaração do Movimento Econômico de Micro Empresa). Consta que o autuado não apresentou a DME referente ao exercício de 2004, conforme Processo de Baixa n°. 027343/2004-9, sendo aplicada multa fixa no valor de R\$230,00.

2) Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas de mercadorias não registradas. Consta que o contribuinte não apresentou notas fiscais de entrada de mercadorias ao fisco, presumindo omissão de saída de mercadorias, referente ao exercício de 2003, nos meses de fevereiro, março, setembro a dezembro de 2003, gerando o ICMS devido conforme documentos e demonstrativo anexos. Total da Infração: R\$1.715,20. Multa: 70%.

O autuado apresenta peça impugnatória ao lançamento de ofício (fl.69), na qual afirma relativamente à Infração 02, que as Notas Fiscais n°s 14656 de emissão de ESMALTEC S/A, no valor de R\$1.849,60 e 21287 de emissão de B.H.COLCHÕES LTDA. no valor de R\$3.562,05 foram encontradas em poder da contabilidade e que está anexando aos autos. Reportando-se à Infração 01 sustenta que apresentou a DME de 2003, conforme prazo determinado no RICMS/97, fato que pode ser observado na documentação que anexa.

Conclui requerendo que o Auto de Infração seja julgado procedente em parte.

Na informação fiscal apresentada (fls.74/75), o autuante contesta as alegações defensivas concernentes à Infração 02, sustentando que o contribuinte não encontrou qualquer nota fiscal, uma vez que as cópias apresentadas não são cópias das 1ªs vias, mas, sim, das 3ªs. vias anexadas aos autos quando da autuação, sendo tais vias retidas pelo fisco. Acrescenta que, até as imperfeições constantes das 3ªs. vias como furos e rasgões, ocasionados da separação das vias e do manuseio, constam nas cópias apresentadas. Reportando-se à Infração 01, afirma que realmente a DME referente ao exercício de 2003 foi entregue, porém a exigência fiscal diz respeito ao exercício de 2004.

Finaliza mantendo integralmente a autuação.

## VOTO

Do exame das peças processuais constato, relativamente à Infração 01, que o contribuinte efetivamente apresentou a DME referente ao exercício de 2003, consoante exige o artigo 335, do RICMS/97. Contudo, no caso sob exame, a exigência constante no Auto de Infração diz respeito à falta de apresentação da DME relativa ao exercício de 2004, constando nos autos registro da SEFAZ indicando a falta de apresentação, não tendo o contribuinte comprovado através de elementos hábeis a efetiva entrega da exigida declaração de movimento, no período em que esteve em atividade, considerando o pedido de baixa formalizado através do Processo nº. 027343/2004-9.

Quanto à Infração 02, a omissão de saídas indicada nesta infração decorre da presunção de que ocorreram saídas anteriores sem pagamento do imposto, em função da falta de registro de pagamentos efetuados, e não das operações consignadas nas referidas notas fiscais. Esta presunção encontra-se prevista no art. 2º, §3º, V do RICMS/97, regra emanada do §4º do art. 4º da Lei nº 7.014/96, *in verbis*:

*“Art.4º. (...)*

*§4º O fato de a escrituração indicar saldo credor de caixa, suprimidos a caixa não comprovados ou a manutenção, no passivo, de obrigações já pagas ou inexistentes, bem como a existência de entrada de mercadorias não contabilizadas ou de declaração de vendas pelo contribuinte em valores inferiores às informações fornecidas por instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito, autorizam a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto, ressalvada ao contribuinte a prova da improcedência da presunção”.*

A falta de registro dos pagamentos efetuados autoriza a presunção, de que o contribuinte realizou operações de circulação de mercadorias também não registradas. Verifico que o contribuinte não registrou as notas fiscais indicadas na autuação, apenas apresentando cópias das Notas Fiscais nº.s 14656 e 21287, cujas vias são identificadas, claramente, como as 3ª vias, que são destinadas ao fisco. Não trouxe aos autos, qualquer elemento de prova hábil capaz de elidir a presunção fiscal, conforme exige o artigo 4º, §4º, da Lei 7.014/96, acima transcrito.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **207106.0051/06-0**, lavrado contra **SILVEIRA & FERRAZ LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$1.715,20**, acrescido da multa de 70% prevista no art. 42, III, da Lei nº. 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa fixa no valor de **R\$230,00**, prevista no art. 42, XVII do mesmo Diploma legal e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 04 de dezembro de 2006.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – RELATOR

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA - JULGADOR